

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Eletrobrás confirma leilão da Ceal	2
Título: Argentina anuncia tarifaço em transporte, luz e gás	3
VEÍCULO: O Globo	4
Título: Eletrobras fecha acordo para encerrar investigação nos EUA	4
Título: Contas públicas têm rombo de R\$ 16,2 bilhões	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Ibama nega licença para exploração de petróleo na foz do rio Amazonas	6
Título: Contas públicas têm o terceiro pior resultado para novembro desde 1997	8
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: Privatização da Ceal deve atrair ao menos um investidor	10
Título: Governo fará 'desmanche' do Estado, diz Mourão	11
Título: Déficit do setor público deve ficar até R\$ 55 bi abaixo da meta	18

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 28/12/2018****Seção: Economia****Autor: RENATO CARVALHO, LETÍCIA FUCUCHIMA e LUCIANA COLLET****Título: Eletrobrás confirma leilão da Ceal**

Expectativa da realização da venda da distribuidora nesta sexta fez ações da Eletrobrás registrarem a maior alta do Ibovespa

A Eletrobrás confirmou a realização do leilão da distribuidora Ceal, de Alagoas, às 17 horas de hoje. Segundo a estatal, a Comissão de Licitação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) analisou os documentos apresentados e considerou que os requisitos para participação no certame foram atendidos. Após o comunicado, as ações ordinárias da Eletrobrás subiram 6,74%, a R\$ 23,93 – a maior alta do Ibovespa. Última das seis distribuidoras da Eletrobrás a ser leiloada, a Ceal é considerada a de maior atratividade. Porém, a venda da companhia atrasou devido a uma liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), em junho. A decisão, tomada no contexto de uma disputa entre a União e o Estado de Alagoas, impediu o andamento da operação até o fim de novembro, quando o próprio Lewandowski derrubou a liminar.

O leilão sofreu mais um adiamento na semana passada. O BNDES, juntamente com o Ministério de Minas e energia, considerou melhor dar o prazo adicional de uma semana aos investidores para garantir a atratividade do certame, afirmaram fontes próximas à coordenação do processo. Entre os candidatos a levar a empresa, estão Energisa e Neoenergia, que detêm outras concessões de distribuição de energia nas proximidades, Equatorial e Enel. O Estadão/Broadcast apurou, no entanto, que a Neoenergia não teria tanto apetite pelo ativo alagoano, enquanto a Energisa teria menos fôlego para novas compras por já ter adquirido recentemente as distribuidoras da Eletrobrás no Acre e em Rondônia. A Enel também era considerada fora da disputa porque ainda está absorvendo a Eletropaulo, adquirida em meados deste ano. Sobra a Equatorial, que arrematou a Cepisa, também da Eletrobrás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 28/12/2018**Seção:** Economia**Autor:****Título:** Argentina anuncia tarifaço em transporte, luz e gás

Passagens de trem, metrô e ônibus ficarão 40% mais caras; tarifas de energia vão subir 43%, e gás terá reajuste de 35%

O governo argentino anunciou ontem reajustes nos preços dos principais serviços de consumo da população. Após serem informados de que as passagens de ônibus, trem e metrô subirão, em média, 40% a partir de janeiro, os argentinos acompanharam o anúncio do governo de que o gás vai ficar 35% mais caro em abril e que a conta de luz terá um reajuste de 43% entre fevereiro e março. O aumento nas tarifas é parte dos ajustes previstos no orçamento aprovado pelo Congresso na tentativa de atender aos requisitos feitos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no acordo fechado em meados do ano pelo governo Macri para garantir a linha de crédito de US\$ 57 bilhões até 2020. Antes dos anúncios, economistas já trabalhavam com uma taxa de inflação de pelos menos 44% no próximo ano. No caso dos transportes, os aumentos começarão a valer já no dia 12 de janeiro. “Será um reajuste médio de 38%.

Esse é o percentual que consideramos necessário para manter a qualidade do serviço e as obras de infraestrutura”, afirmou o ministro dos Transportes do país, Guillermo Dietrich, em entrevista coletiva. Os aumentos serão aplicados de forma escalonada, com três reajustes consecutivos (em janeiro, fevereiro e março) para o caso de ônibus e trens, e dois (janeiro e fevereiro) para o metrô. No mesmo dia do tarifaço, o Indec, o IBGE do país vizinho, anunciou recuo de 4% no Produto Interno Bruto (PIB) pela medição de outubro. Com isso, a retração acumulada no ano até agora é de 1,7%. A previsão é de que a economia do país encolha 2% em 2018. A Argentina entrou oficialmente em recessão em setembro passado. No mês de outubro, os setores que tiveram as maiores quedas foram comércio (-11,2%), indústria (-5,3%) e construção (-4,7%). / AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

VEÍCULO: O Globo**Data: 28/12/2018****Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDONEZ****Título: Eletrobras fecha acordo para encerrar investigação nos EUA**

Estatual vai pagar US\$ 2,5 milhões ao órgão regulador do mercado americano

A Eletrobras vai pagar US\$ 2,5 milhões (o equivalente a R\$ 9,75 milhões) para encerrar investigações nos Estados Unidos abertas em razão de irregularidades apontadas pela Operação Lava-Jato na construção da usina nuclear de Angra 3, na costa sul fluminense.

A cifra faz parte de um acordo fechado pela estatal com a U.S. Securities and Exchange Commission (SEC), órgão regulador do mercado de capitais americano. Em Fato Relevante divulgado na noite de quarta-feira, a Eletrobras ressalta que o acordo não representa reconhecimento de que a estatal tenha praticado fato ilegal.

As investigações da Lava-Jato que apontaram superfaturamento nas obras de Angra 3 levaram à prisão o então pre-sidente da Eletronuclear, subsidiária da Eletrobras, Othon Luiz Pinheiro da Silva. Incluindo o montante anunciado nesta semana, a Eletrobras terá de gastar US\$ 17,25 milhões (o equivalente a R\$ 67,2 milhões) só em acordos para encerrar processos nos EUA abertos por investidores que alegaram prejuízos causados pela corrupção.

No início do mês, a Eletrobras informou a aprovação pela Justiça americana do acordo que prevê o pagamento de US\$ 14,75 milhões (cerca de R\$ 57 milhões) para encerrar uma ação coletiva movida por investidores contra a estatal.

Segundo a Eletrobras, com o acordo junto à SEC, não há mais pendências com agentes reguladores norte-americanos. No comunicado, a Eletrobras afirmou que, para fechar o acordo, a SEC "considerou as medidas remediadoras das fraquezas materiais nos controles internos adotadas pela companhia, a evolução do programa de compliance e demais procedimentos anticorrupção, bem como sua postura cooperativa adotada no curso da investigação".

PARCERIA ESTRANGEIRA

O futuro ministro de Minas e energia, almirante Bento de Albuquerque Jr., já indicou que a conclusão de Angra 3, cuja construção foi paralisada em 2015, será uma das prioridades do próximo governo. No setor nuclear, há a

expectativa de que as obras sejam retomadas em parceria com empresas estrangeiras. O custo total de conclusão é de R\$ 15 bilhões. Já foram gastos na usina — que teve obras iniciadas em 1984, paralisadas em 1996 e retomadas em 2010 — cerca de R\$ 8 bilhões.

A Eletrobras pretende destinar 40% de seus investimentos nos próximos cinco anos à conclusão da usina. É o que diz o Plano de Negócios e Gestão da empresa para o período entre 2019 e 2023, divulgado na noite da última quarta-feira, que prevê investimentos de R\$ 30,17 bilhões. Desse total, R\$ 12 bilhões serão gastos na conclusão de Angra 3, indica o plano.

Isso não significa que serão recursos próprios. Segundo uma fonte, a empresa espera que o dinheiro venha de um investidor internacional. Como a usina só será concluída em 2025, isso indica que, além dos R\$ 12 bilhões até 2023, ainda será preciso aportar mais R\$ 3 bilhões entre 2024 e 2025 para concluir o projeto.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/12/2018

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Contas públicas têm rombo de R\$ 16,2 bilhões

Desempenho no mês passado foi o 3º pior para novembro desde o início da série histórica, em 1997. No ano, déficit soma R\$ 88,5 bi

BRASÍLIA- Uma combinação de queda nas receitas e aumento nas despesas resultou em um rombo de R\$ 16,2 bilhões nas contas do governo em novembro. Segundo o Tesouro Nacional, foi o terceiro pior resultado para o mês desde o começo da série histórica, iniciada em 1997. No mesmo período do ano passado, o saldo foi positivo em R\$ 1,3 bilhão. No ano, as contas do governo federal estão no vermelho em R\$ 88,5 bilhões.

Apesar de elevado, o rombo acumulado está bem abaixo do que a equipe econômica projetava para 2018. O resultado previsto para o ano fechado é de déficit de R\$ 159 bilhões. Os técnicos estimam, contudo, que o déficit primário ficará entre R\$ 129 bilhões e R\$ 139 bilhões, ou seja, poderá ser até R\$ 30 bilhões menor.

Isso ocorrerá, em parte, porque o governo conseguiu reduzir gastos. A despesa prevista com os subsídios ao óleo diesel, por exemplo, fi-cará abaixo dos R\$ 9,5 bilhões estimados originalmente. Outro fator que impacta o resultado é o fato de que os ministérios não conseguirão gastar todo o montante que foi autorizado pelo Tesouro. Esse "empoçamento" chega a R\$ 12,2 bilhões.

As receitas do governo fecharam novembro com queda de 10,4% na comparação com 2017. Esse resultado é explicado, principalmente, por um leilão de usinas hidrelétricas realizado no ano passado, que elevou a base de comparação da arrecadação. Além disso, houve aumento das transferências de receitas da União para estados e municípios. Já as despesas federais subiram 5,4% em novembro. O número foi puxado por um gasto maior do governo com custeio da máquina pública.

Segundo o Tesouro, o rombo da Previdência foi de R\$ 17,968 bilhões em novembro. Já no acumulado de 2018, o valor acumulado chega a R\$ 186,304 bilhões, o que representa crescimento de 7,8% sobre o ano passado. Otávio Ladeira, secretário-adjunto do Tesouro, destacou que, se o resultado da Previdência não tivesse piorado nos últimos anos, o governo federal já estaria com as contas no azul:

— Sem reforma da Previdência, não há ajuste fiscal, por conta de toda a piora.

Ladeira lembrou ainda que as despesas obrigatórias (compostas especialmente por folha e Previdência) consumiram nada menos que 98% das receitas do governo no período de 12 meses fechados em novembro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/12/2018

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Ibama nega licença para exploração de petróleo na foz do rio Amazonas

Em decisão final, o Ibama negou nesta quinta-feira (27) um recurso do grupo francês Total para obter a licença ambiental para perfurar em cinco blocos de petróleo na foz do rio Amazonas, perto da costa do Amapá.

“Diante das várias oportunidades que já foram dadas à empresa para complementação e da magnitude das deficiências técnicas presentes no

processo, não há como aceitar o recurso interposto”, afirma a presidente do Instituto, Suely Araújo, em despacho.

Com a negativa, não há mais recursos administrativos para a Total, que comprou os lotes em 2013, em leilão da ANP (Agência Nacional do Petróleo) — realizado, como é praxe, antes da emissão de licença ambiental. A empresa, porém, pode recorrer judicialmente.

O Ibama havia indeferido a licença ambiental no último dia 7, baseado na avaliação técnica de que a empresa não havia demonstrado um plano de emergência adequado em caso de vazamento de petróleo durante a perfuração.

Com isso, havia o risco de danos irreparáveis nos “recifes biogênicos presentes na região e à biodiversidade marinha de forma mais ampla”.

Os blocos ficam próximos de um grande sistema de corais descoberto em 2016 e que se estende do Maranhão à Guiana Francesa, com área que pode chegar aos 56.000 km², do tamanho da Paraíba. É único no mundo por estar em águas profundas de pouca luminosidade.

A decisão também pode, pode recorrer judicialmente.

O Ibama havia indeferido a licença ambiental no último dia 7, baseado na avaliação técnica de que a empresa não havia demonstrado um plano de emergência adequado em caso de vazamento de petróleo durante a perfuração.

Com isso, havia o risco de danos irreparáveis nos “recifes biogênicos presentes na região e à biodiversidade marinha de forma mais ampla”.

Os blocos ficam próximos de um grande sistema de corais descoberto em 2016 e que se estende do Maranhão à Guiana Francesa, com área que pode chegar aos 56.000 km², do tamanho da Paraíba. É único no mundo por estar em águas profundas de pouca luminosidade.

A decisão também pode, por jurisprudência, atingir os outros dois blocos na foz do Amazonas, da BP e da Queiroz Galvão.

Procurada pela reportagem, a Total, informou, via assessoria de imprensa, que não comentará a decisão do Ibama.

A abertura de poços de petróleo na região amazônica é tema de uma campanha internacional de ambientalistas preocupados com danos ao sistema de recifes nas proximidades dos blocos.

Em junho, a assembleia de acionistas do grupo Total, em Paris, foi invadida por militantes que protestavam contra o projeto no Brasil. Os manifestantes levavam faixas com frases como “Salvem os recifes da Amazônia” e “Libertem-nos do petróleo”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/12/2018

Seção: Economia

Autor: Bernardo Caram

Título: Contas públicas têm o terceiro pior resultado para novembro desde 1997

Déficit foi de R\$ 16,2 bilhões no mês passado, mas governo tem folga para cumprir meta anual

As contas públicas registraram em novembro déficit primário de R\$ 16,2 bilhões, o que representa o terceiro pior resultado para o mês da série histórica iniciada em 1997. A informação foi divulgada nesta quinta-feira (27) pelo Tesouro Nacional.

O número abrange os resultados das contas de Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central.

No mesmo mês do ano passado, o saldo foi positivo em R\$ 1,3 bilhão. Na série histórica, os únicos meses de novembro que registraram rombo maior foram os de 2015 (R\$ 21,3 bilhões) e 2016 (R\$ 38,5 bilhões).

O resultado do mês passado foi puxado pelo desempenho da Previdência Social, que registrou déficit de R\$ 18 bilhões. Banco Central e Tesouro contribuíram com um saldo positivo de R\$ 1,8 bilhão.

“E latente a necessidade de implementação de reformas fiscais estruturais para viabilizar a retomada de superávits primários. A principal reforma estrutural é a da Previdência”, afirmou o Tesouro.

No mês passado, em comparação com novembro de 2017, as despesas totais do governo subiram 5,4%, já descontada a inflação. Ao mesmo tempo, houve queda real de 10,4% na receita líquida.

Apesar do resultado negativo, a Receita Federal afirmou que o número veio em linha com as expectativas de mercado.

“É um mês tipicamente de resultado abaixo da média observada no ano”, disse o secretário-adjunto do Tesouro, Otávio Ladeira.

Ele explicou que o saldo de novembro do ano passado só foi positivo porque houve uma receita atípica. Naquele período, o governo federal arrecadou cerca de R\$ 12 bilhões com o leilão de quatro usinas hidrelétricas.

No acumulado dos 11 primeiros meses do ano, o resultado fiscal está negativo em R\$ 88,5 bilhões, o que deixa uma larga margem para o cumprimento da meta fiscal deste ano.

A meta definida pelo governo para 2018 autoriza que as contas fechem o ano com um rombo de R\$ 159 bilhões.

Parte da folga no orçamento gerada ao longo deste ano pode ser atribuída às receitas com royalties de petróleo.

De janeiro a novembro, foram arrecadados R\$ 57,4 bilhões com essa fonte, um aumento real de 60% em relação ao mesmo período de 2017.

Para o saldo final deste ano, Ladeira estimou que o resultado primário de 2018 deve ficar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões melhor do que a meta estabelecida.

Levando em conta essa estimativa, o saldo dezembro, a ser divulgado em janeiro, teria que ser negativo entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões.

Ladeira afirmou que ainda não pode prever esse resultado.

“Tem um conjunto de variáveis que não temos percepção ao certo de como vão se comportar”, disse.

Entre os fatores de difícil previsão, segundo ele, está o chamado empoçamento, quando ministérios não conseguem gastar recursos que já estão liberados. Até novembro, esse saldo travado no orçamento somou R\$ 12,2 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/12/2018****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito****Título: Privatização da Ceal deve atrair ao menos um investidor**

A Eletrobras realiza hoje, às 17h, o leilão para venda da sua última distribuidora, a Ceal, de Alagoas. A expectativa é que pelo menos um interessado faça proposta pela companhia. Neste ano, a estatal já teve sucesso na privatização das distribuidoras Eletroacre, Amazonas Energia, Cepisa (Piauí), Ceron (Rondônia) e Boa Vista (Roraima). Se tudo correr como previsto, a alagoana será a última.

"Estamos animados. Está faltando isso [leilão da Ceal] para fecharmos o ano do jeito que nós queríamos", afirmou a diretora de Conformidade da Eletrobras, Lucia Casasanta. "Temos uma ótima expectativa para o leilão", completou ela, dizendo que a Ceal era a melhor das distribuidoras do grupo.

A expectativa do governo e da Eletrobras era que a disputa pela Ceal fosse gerar grande competição. A deterioração das condições financeiras da distribuidora desde que a modelagem foi feita, contudo, afetou sua atratividade.

Em 31 de dezembro de 2016, a distribuidora tinha passivos de curto prazo total, com vencimento inferior a 12 meses, de R\$ 516,4 milhões, e passivos de longo prazo total de R\$ 1,88 bilhão. Os prejuízos acumulados eram equivalentes a R\$ 1,25 bilhão.

Além disso, os investidores ficaram sem acesso a informações da Ceal entre julho e novembro, quando ficou vigente uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendendo a venda da companhia, no contexto de uma disputa entre o governo alagoano e a União. Nesse período, o "data room" (sala virtual de informações) da distribuidora ficou fechado.

A deterioração das condições financeiras da companhia afetou o "valuation" (termo em inglês para avaliação do quanto a empresa vale) elaborado pelo BNDES, com base em dados de 2016. O Valor apurou que o governo considerou alterar as regras do leilão, mas decidiu mantê-las e adiou apenas a data do certame, que passou de 18 de dezembro para hoje, para que os investidores tivessem mais tempo para avaliar o ativo.

Outra medida tomada para aumentar a atratividade da distribuidora foi uma portaria publicada semana passada pelo Ministério de Minas e Energia (MME)

autorizando um empréstimo extra de R\$ 400 milhões para a Ceal, utilizando recursos do fundo setorial Reserva Global de Reversão (RGR).

A ideia é que os recursos, somados à flexibilização tarifária aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para viabilizar a venda das distribuidoras, ajude a atrair compradores.

Vencerá o proponente que oferecer o maior índice combinado de deságio sobre a flexibilização das perdas não técnicas (por furtos) e também sobre recursos da RGR que a distribuidora terá direito a receber na próxima revisão tarifária. A Ceal tem o saldo a receber de R\$ 598,9 milhões via RGR, além de um limite extra de 11,51% para perdas não técnicas e a cobertura adicional de R\$ 66,5 milhões em despesas operacionais via tarifa.

A Energisa, que arrematou as concessões do Acre e Rondônia, e a Equatorial, que ficou com a Cepisa, são vistas como principais candidatas a terem sucesso no certame. O comprador da distribuidora terá a obrigação de fazer uma capitalização imediata de R\$ 545,7 milhões na companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/12/2018

Seção: Política

Autor: Claudia Safatle, Carla Araujo e Andrea Jubré

Título: Governo fará 'desmanche' do Estado, diz Mourão

Prestes a assumir a vice-presidência do país, o general Hamilton Mourão defende que o governo de Jair Bolsonaro envie ao Congresso uma proposta de emenda constitucional para desvincular o Orçamento da União. "A Constituição engessa o país", disse, em entrevista ao Valor. Mourão afirmou que governo não começará "na base de impactos e pacotes", mas que todos os ministros deverão no dia 14 de janeiro, data marcada para acontecer a primeira reunião ministerial, apresentar metas e objetivos para "desregulamentar" e "desburocratizar" suas áreas.

O general defende que o texto da reforma da Previdência enviado pelo governo Michel Temer seja aproveitado e diz que os militares também estão dispostos a dar a sua contribuição com mudanças. O vice-presidente sugeriu ainda que Bolsonaro dê explicações da situação das contas públicas aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que, a aprovarem um aumento de 16,38% nos vencimentos, mostram "desconhecer a realidade".

Mourão defende ainda que, com as reformas aprovadas, será possível conversar com os investidores sobre o alongamento do prazo dívida mobiliária interna. O vice-presidente eleito se negou a comentar a situação do ex-motorista de Flavio Bolsonaro, Fabrício Queiroz, que se apresentou como comerciante de carros para justificar a movimentação milionária em sua conta corrente: "Isso é um assunto do Ministério Público do Rio de Janeiro", resumiu. A seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: Como estão distribuindo as missões no início do governo? A economia dará respostas nos primeiros dias.

Hamilton Mourão: A economia é o carro-chefe para arrumar essa situação que o país está enfrentando. Nós tivemos uma reunião preliminar na semana passada e foi dada a orientação que no dia 14 de janeiro, que vai ser a primeira reunião ministerial para valer, todos os ministros terão que apresentar o seu planejamento e as suas metas para os primeiros 100 dias, para serem aprovadas pelo presidente. Nessa reunião preliminar, alguns ministros que já dispunham de algum conhecimento anterior apresentaram alguma visão mais objetiva do que eles têm pela frente, outros ainda estão tomando pé da situação.

Valor: O ministério da Economia está entre esses que estão mais avançados?

Mourão: Na economia nós temos uma noção muito clara, isso é uma visão do conjunto, que as reformas são muito importantes. Se a gente não conseguir levar adiante tanto a reforma da previdência como a tributária nós vamos ter muita dificuldade.

Valor: Os senhores irão aproveitar o texto atual da reforma da previdência que já está na Câmara?

Mourão: Eu acho que vai ter que ser aproveitada, até pelo problema de prazo. Se a gente for voltar para a estaca zero não vamos conseguir produzir nada no ano que vem. Poderia ser feito um adendo aqui outro ali dentro da visão que se tem. Mas o que está sendo trabalhado, eu não tenho dado concreto disso, vai ser colocado só nessa reunião de janeiro. Mas temos que usar o que está lá e colocar uma coisa a mais, que isso é permitido pelo regulamento [sic] interno do Congresso, para que a gente consiga no primeiro semestre tentar passar isso aí.

Valor: Antes dessa reunião de 14 de janeiro tem alguma coisa que já pode ser anunciada?

Mourão: Nós não vamos começar na base de impactos e pacotes. Eu acho que gente tem que ser mais objetivo e não fazer coisas espalhafatosas que vão resultar em muito pouco resultado depois.

Valor: Mas tem coisas também que podem dar uma sequência, por exemplo, abertura comercial, não?

Mourão: Abertura comercial vamos ter que fazer um trabalho que tem que estar em fases, porque a nossa indústria não suporta um choque de abertura da noite para o dia. Nós vamos ter que fazer um faseamento. Numa reunião que eu tive com o pessoal da indústria eu usei um termo que era do presidente (Ernesto) Geisel (1974-1979) que dizia que era "lenta, gradual e segura" e acho que a abertura comercial tem que ser dessa forma, porque nós não vamos resistir a um choque.

Valor: E sobre a intromissão do estado na vida do cidadão?

Mourão: Todos receberam orientações sobre desregulação. Todos os ministros receberam orientação e têm que apresentar trabalhos e metas neste sentido, de você soltar um pouco, liberar as pessoas para que possam empreender com mais segurança.

Valor: Antigamente, se dizia que era impossível empreender com os juros altos, hoje os juros não são tão pesados, mas a carga tributária...

Mourão: A nossa carga tributária está aí na faixa de 35% a 37% do PIB. O Estado leva 45% do PIB e não devolve. Se devolvesse, se tivéssemos hospitais de primeira qualidade, escolas maravilhosas, estradas fantásticas, estava todo mundo bem, mas não temos. É só para sustentar uma máquina pesada em termos de pessoal e pesada em termos de estrutura.

"O acúmulo de recursos nas mãos do governo cria espaço para a política do toma-lá-dá-cá, para a corrupção"

Valor: Além da reforma da previdência e tributária, tem a reforma do estado, dá para ser feita?

Mourão: É um troço difícil, por que qual é a margem de manobra que existe? São os cargos em comissão, que dentro do governo federal tem um número cabalístico aí que serão em torno de 23 mil, mas se somar em toda a estrutura da federação chegaria a 120 mil. Incluindo função gratificada, cargo em comissão, estatal, isso aí você tirando os concursados. De todos os entes somados, os três níveis. É um exército.

Valor: Dá pra reduzir para quanto?

Mourão: Não para chegar e dizer: 'vou reduzir em 50%'. Cada um vai ter que avaliar dentro da sua estrutura qual é quantidade que ele pode manter, tem que ser um processo de estrangulamento e nós temos o problema do próprio

funcionalismo público que a gente não consegue reduzir, porque isso mexe com as igrejinhas. Lá em São Paulo foi aprovado o novo regime de previdência do funcionalismo e já está colocada greve.

Valor: Como convencer os parlamentares sobre a necessidade da reforma da Previdência?

Mourão: Temos que fazer uma campanha de esclarecimento, tanto no Congresso como da população. O homem comum, o cidadão que não estuda muito, tem ideias preconcebidas do papel do estado na vida futura dele. A gente tem que explicar isso, porque se não ocorrer (a reforma) ninguém vai ter futuro. Mas se ela for aprovada vai trazer mais confiança para o país dos investidores.

Valor: Vocês querem romper com o fisiologismo, o Congresso vai corresponder?

Mourão: Vai ser um governo de persuasão. A gente tem que mostrar pra eles a responsabilidade que eles têm. Não querendo jogar a população contra, mas é tentar ser mais coerente. Tem muito parlamentar ali que não entende. Você tem ali - como em qualquer grupo social - tem 30% que são realmente esclarecidos, tem 40% que é a 'meiuca' que vai pra onde sopra o vento, e mais 30% que não sabe nem onde é a "curva do A".

Valor: Isso é atribuição do presidente?

Mourão: Acho que do presidente, do coordenador político, o general Santos Cruz (Secretaria de Governo). Se o presidente me delegar essa tarefa eu vou lá conversar. Vamos expor didaticamente.

Valor: E os filhos dos presidente, dois deles são parlamentares, qual vai ser o papel deles?

Mourão: Os filhos devidamente orientados pelo presidente podem auxiliar e muito. Compete ao presidente conversar e orientar eles. É a primeira vez que temos na história da República presidente com filhos parlamentares. Eles têm uma interação muito grande, são muitos amigos. Estamos num momento de acomodação. Quando começar a nova legislatura em fevereiro eles estarão com as tarefas bem definidas.

Valor: E a previdência dos militares, ela também será feita?

Mourão: O que tem que ficar muito esclarecido é que o militar não tem uma previdência, eles têm um sistema de proteção pelas peculiaridades da profissão. Mas já estão colocadas as questões que entrariam, como o aumento de permanência do serviço ativo. Hoje precisa de 30 anos de serviço e a ideia é

passar para 35 no primeiro momento. E também as pensionistas passariam a descontar, seria uma forma a mais de contribuição. A questão dos militares é infraconstitucional.

Valor: O senhor tem recebido investidores estrangeiros?

Mourão: Alguns. Recebi o Bank of America, JP Morgan. O dado que eu tenho é que existem US\$ 9 trilhões no mundo sendo negativados porque não estão sendo investidos em atividade de risco, então temos que absorver alguma coisa disso.

Valor: Há anos se fala em fazer reforma tributária, como ela seria?

Mourão: A reforma tributária tem de estar atrelada à reforma do Estado, e essa reforma é a do pacto federativo. Temos que colocar o recurso o mais cedo possível nas mãos do Estado e do município, e não ficar distribuindo migalhas. Caberá ao Governo Central ficar com menos recursos na mão dele. O governador do Estado e o prefeito são aqueles que têm a melhor noção das carências e necessidades.

Valor: Mas para fazer isso tem que ter uma desvinculação geral.

Mourão: Essa é a outra ideia que nós temos que eu considero extremamente pertinente, e isso daria um papel relevante para o Congresso. O Congresso hoje discute - sem querer desmerecer o papel dos congressistas -, assuntos periféricos. Se eles tivessem todo o Orçamento para realmente dizer o que vai para cada um eles teriam uma responsabilidade maior e o Executivo ficaria com a função de executar o Orçamento. O Executivo tem 8%, 9% para mexer.

Valor: Como isso será feito?

Mourão: Essa desvinculação teria que ser feita por emenda constitucional, porque a Constituição diz que tanto vai pra saúde, outro tanto para a educação. A Constituição foi feita na saída do que foi o período militar, quando várias corporações estavam batalhando um naco. Então se colocou coisa demais na Constituição. A Constituição da forma como está engessa o país.

"O militar não tem uma previdência; eles têm um sistema de proteção pelas peculiaridades da profissão"

Valor: O presidente Jair Bolsonaro vai sancionar ou vetar a prorrogação dos incentivos fiscais para empresas que investirem nas áreas da Sudam, Sudene e Sudeco, diante de possível rombo?

Mourão: Não conversei esse assunto com o presidente. Ali no dia 2 a gente vai ter bastante trabalho. Há os outros prejuízos lançados, como o aumento do Judiciário e dos funcionários públicos.

Valor: O STF está fora da realidade?

Mourão: Há um certo ativismo lá dentro, ora político, as simpatias políticas que alguns dos ministros têm, e às vezes uma coisa pessoal. A gente tem que conversar. Sentar um dia com os 11 ministros e expor para eles a situação do país. Acho que eles não conhecem. Sou favorável a que o presidente vá lá um dia e explique que se os senhores aprovam medidas dessa natureza, vamos cada vez mais nos encalacrar. Levaria o ministro da economia a tiracolo.

Valor: O Brasil está quebrado...

Mourão: Eu sei disso, pagamos R\$ 400 bilhões por ano de juros, temos um déficit de R\$ 139 bilhões, isso na conta de padeiro. Por isso precisamos aprovar essas reformas, porque com a melhoria do nosso rating nós poderemos até emitir títulos pagando juros menores. Podemos fazer uma repactuação dessa dívida, podemos alongar o prazo, diminuir o pagamento anual dos juros para R\$ 350 bilhões; R\$ 50 bilhões a mais é muito pra gente investir em coisas que a iniciativa privada talvez não queira.

Valor: Esse é um tema muito delicado: a repactuação não pode ser interpretada como um calote?

Mourão: O PPI vai ficar com o general Santos Cruz na Secretaria de Governo. O que ele precisar, a gente apoia. Eu montei uma equipe multidisciplinar capaz de oferecer soluções caso seja necessário.

Valor: Mas é como um suporte, um conselho?

Mourão: Não é um conselho, é uma equipe capacitada a trabalhar em qualquer assunto temático. Por exemplo: precisamos discutir o Acordo de Paris, tem gente para dar esse subsídio. É o meu dream team: são oito analistas.

Valor: O presidente se encontra com o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu nesta sexta-feira. O governo vai ter uma relação especial com Israel?

Mourão: Não sei ainda. O que eu vejo é que hoje Israel tem uma aproximação muito grande com o presidente, já de algum tempo. Vamos ver até que ponto isso vai acontecer. Até porque temos que olhar, dentro do sistema internacional, pragmaticamente, o que se pode auferir nesse processo. Não podemos ficar só com o ônus, a gente tem que ter bônus também.

Valor: Pode haver alguma retaliação dos países árabes com essa aproximação de Israel?

Mourão: Depende do grau da aproximação, né? Isso aí tem que ser estudado até porque o presidente não tomou nenhuma decisão a respeito, e quando chegar a hora, a gente vai apresentar uma visão pra ele, e ele poderá decidir em melhores condições.

Valor: E essa relação com os Estados Unidos, será de adesão automática?

Mourão: Não, o que existe, e que acho inegável, é que nós temos hoje um governo pró-Trump que tem uma visão pró-valores da democracia americana, que admira esses valores. Mas não é um concorde imediato com qualquer coisa que for produzida por lá. É uma relação de governo, que não pode ultrapassar esses limites.

Valor: Logo no início, o governo vai ter que decidir sobre o subsídio do diesel aos caminhoneiros.

Mourão: Sim, o general Heleno fez uma reunião a esse respeito. Acho que a tendência é manter o subsídio até que se consiga uma solução melhor. Tem a questão da tabela de frete, que o [ministro da Infraestrutura] Tarcísio Freitas está trabalhando em cima também. Nós não temos condição de, de hoje para amanhã, solucionar esse problema.

Valor: Quando haverá uma solução?

Mourão: Na minha visão, onde está a raiz desse problema todo? No sistema tributário. Então, se a gente consegue dar uma acertada na questão da tributação, e os combustíveis, qual o índice maior da tributação? É o ICMS, que é de onde os Estados tiram o dinheiro. Onde eu moro, no Rio de Janeiro, é absurdo. É a gasolina mais cara do Brasil, custa R\$ 5, é 35% o ICMS lá sobre o combustível.

Valor: Tudo virou uma indústria pra arrecadar...

Mourão: Mas arrecadar por que? Porque você tem que alimentar o dragão. É isso tudo que tem que ser explicado pra um conjunto de parlamentares e população, porque nós temos que domar o dragão. Domamos o dragão da inflação, mas esse outro dragão do Estado ainda não está domado. Está solto aí. Temos muito para fazer, na realidade, pra desfazer. Um desmanche, se fizer um desmanche. Eu já fiz essa comparação, eu gosto de cavalo, gosto de montar, já disse que Brasil é um cavalo olímpico capaz de saltar 1m80, mas tá todo amarrado, só salta 0,70 cm. O Paulo Guedes falou, tem que tirar as bolas de ferro do pé industriais.

Valor: Como chegamos a esse ponto?

Mourão: Porque aqui existe a associação do patrimonialismo com essa visão de que o Estado é o grande protetor. E depois pronto. E aí você junta o populismo, que tivemos tanto de direita como de esquerda.

Valor: Talvez a principal tarefa seja esse desmanche

Mourão: É, no Exército a gente tem um ditado: chefe bonzinho morre coitadinho. Não pode ser bonzinho, porque depois as próximas gerações serão beneficiadas. Hoje as próximas gerações não têm futuro, do jeito que tá.

Valor: O que o senhor achou das explicações do ex-assessor e motorista de Flavio Bolsonaro, que disse que as movimentações atípicas identificadas pelo Coaf eram resultado de compra e venda de carros?

Mourão: Sem comentários. Hoje isso é um problema do Ministério Público do Rio de Janeiro, não tenho nada a ver com isso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Edna Simão e Fabio Graner

Título: Déficit do setor público deve ficar até R\$ 55 bi abaixo da meta

Apesar de o déficit primário ainda muito elevado, o próximo governo vai receber as contas do país um pouco melhor do que o esperado. O Tesouro Nacional estima que o déficit primário do setor público consolidado deverá ficar entre R\$ 45 bilhões e R\$ 55 bilhões abaixo da meta de resultado negativo de R\$ 161,3 bilhões. Considerando-se apenas o governo central, a expectativa é que o déficit primário varie entre R\$ 129 bilhões e R\$ 139 bilhões, também bem inferior aos R\$ 159 bilhões da meta.

As estimativas estão mais otimistas do que as que foram apresentadas no mês passado. O secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Otávio Ladeira, explicou que, para que o déficit do governo central encerre o ano dentro da meta de R\$ 159 bilhões, déficit primário em dezembro teria que ser de R\$ 70,5 bilhões. Esse cenário, no entanto, está descartado.

Um dos motivos é o chamado "empoçamento" [limites autorizados para gasto e não utilizados], que estava em R\$ 12,2 bilhões em novembro e dificilmente será

liberado. Também vai contribuir para um resultado melhor no ano o erro na projeção de despesas obrigatórias, que, assim como em 2017, ficaram menores do que o programado. Neste caso, o Tesouro projeta que essa diferença pode ser superior a R\$ 10 bilhões no fim de 2018. Ladeira destacou ainda que os recursos reservados para subvencionar o preço do diesel não devem ser usados na totalidade.

No acumulado de janeiro a novembro, o déficit primário do governo central somou R\$ 88,5 bilhões, o que representou redução real de 17,2% ante o mesmo período de 2017. Segundo Ladeira, se os gastos previdenciários não estivessem subindo sistematicamente, o país poderia estar registrando superávit primário. Por isso, para a realização do ajuste fiscal, ele voltou a defender a aprovação da reforma da Previdência Social, que tem sido um verdadeiro mantra das autoridades fazendárias.

Apenas em novembro, o déficit foi de R\$ 16,2 bilhões, ante um superávit de R\$ 1,3 bilhão no mesmo mês em 2017. Sobre essa forte deterioração, o secretário-adjunto disse que "novembro é mês com resultado tipicamente abaixo da média do ano". Ele lembrou que o desempenho nesse mês em 2017 foi influenciado pelo recebimento de recursos de leilão de usinas hidrelétricas da Cemig. Se não fosse essa operação, conforme Ladeira, o resultado do governo central seria deficitário em R\$ 11 bilhões.

Ladeira ressaltou que as receitas administradas estão tendo um desempenho muito positivo. No acumulado de janeiro a novembro, a alta, já descontando-se alguns incentivos dados, como o Refis, foi de 5% em termos reais - bem acima do crescimento do PIB para o ano. Por outro lado, as despesas obrigatórias consumiram no acumulado em 12 meses até novembro 98% da receita líquida apurada no período. Em 2017, essa proporção estava em 101%. "Neste ano, vemos tendência de redução da despesa obrigatória em proporção da receita líquida", comentou Ladeira.

Segundo os dados do Tesouro, para retornar ao patamar de 2010 (74%), seria necessário uma redução das despesas obrigatórias de R\$ 302,5 bilhões (4,5% do PIB) ou uma elevação da receita líquida de R\$ 409,9 bilhões (6% do PIB), volumes muito expressivos.

O secretário-adjunto afirmou também que a redução de algumas despesas obrigatórias neste ano permitiu um aumento do gasto discricionário, o que inclui investimento. "A conta de subsídios e subvenções, abono e seguro-desemprego e Fies foi o que mais ajudou a conter despesas obrigatórias", destacou.

No acumulado do ano, a despesa de subsídios e subvenções teve queda real de 27,6% ante 2017. Já as despesas com abono e seguro-desemprego recuaram 5,4%, e as do Fies, 44,3%. No caso do investimento no ano, o aumento foi de 23,8% no período.

MME / ASCOM .